



40 Anos do Salário Mínimo Nacional

O salário mínimo foi uma conquista de Abril. No dia em que se assinalam os 40 anos da sua criação – 27 de Maio de 1974 – constata-se que hoje o salário mínimo vale menos do que a altura em que foi criado.

Em 1974, o valor fixado em decreto era de 3300 escudos, o correspondente hoje a 534,75€. Tal significa que ao longo de 40 anos os beneficiários têm perdido poder de compra. Perante isto, a UGT não pode ficar indiferente, daí as suas reivindicações constantes para um aumento do salário mínimo para os 500€ já em 2014.

O salário mínimo desempenhou à época da sua instituição uma importante conquista social que melhorou o poder de compra dos trabalhadores dos sectores mais desfavorecidos. Hoje, num clima de grave crise económica e de ataque aos salários dos trabalhadores e das suas famílias, o salário mínimo continua a desempenhar um importante papel económico e social, no combate à pobreza, na promoção de condições de vida dignas e também numa clara dinamização dos restantes sectores da economia.

O acordo tripartido subscrito pelos parceiros sociais em 2006 para a fixação e evolução do salário mínimo teve o mérito de interromper um ciclo de estagnação desta remuneração, que durante anos foi condicionada pelo facto de muitas prestações lhe estarem indexadas.

De 2007 a 2011, a atualização do salário mínimo decorreu como o estabelecido no referido acordo. O salário mínimo foi fixado em 485€ a 1 de Janeiro de 2011, não tendo sido alcançados os 500€ como se previa no âmbito do acordo tripartido, mas tendo havido um compromisso do então Governo para uma reavaliação durante aquele ano.

O Memorando assinado com a Troika, por razões meramente ideológicas, impôs o congelamento do salário mínimo em Portugal, num claro desrespeito pelo compromisso assumido em 2006, em particular, e pelo diálogo social, em geral.

O salário mínimo manteve-se congelado desde o início de 2011, o que levou a perdas de poder de compra em segmentos extremamente fragilizados e vulneráveis, constatando-se um aumento da pobreza e comprometendo os objetivos centrais deste rendimento.

Para a UGT, a “intromissão externa”, que aliás ocorreu noutros países que beneficiaram de assistência financeira, foi um fracasso social e económico. Um modelo falhado que não só gerou maiores níveis de pobreza para os trabalhadores, como teve impactos negativos sobre o consumo, o crescimento e até o emprego.

Com efeito, é hoje reconhecido o impacto positivo de um aumento do salário mínimo, sendo vários os estudos académicos que apontam para a fraca ou inexistente causalidade entre o aumento do salário mínimo e a perda de emprego.

O aumento do salário mínimo em Portugal é não só essencial para combater a pobreza e melhorar as condições de vida de um número importante de trabalhadores e suas famílias como, num contexto de forte quebra do consumo, propiciará rendimentos adicionais que podem estimular o consumo e, por essa via, o emprego.

A melhoria do salário mínimo é uma exigência da UGT e também uma prioridade da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) que há muito defende a existência de um salário

mínimo legal na UE; tal não significa a fixação de um valor mínimo que todos devam respeitar, mas sim a exigência de que todos os Estados-Membros estabeleçam um salário mínimo legal, de acordo com as suas situações e práticas, abaixo do qual nenhum trabalhador deverá receber.

Porque os trabalhadores não aguentam mais cortes nos seus rendimentos e porque o Governo deve respeitar os seus compromissos, é urgente e necessário que o salário mínimo aumente para 500€, já!

Lisboa, 27 de Maio de 2014